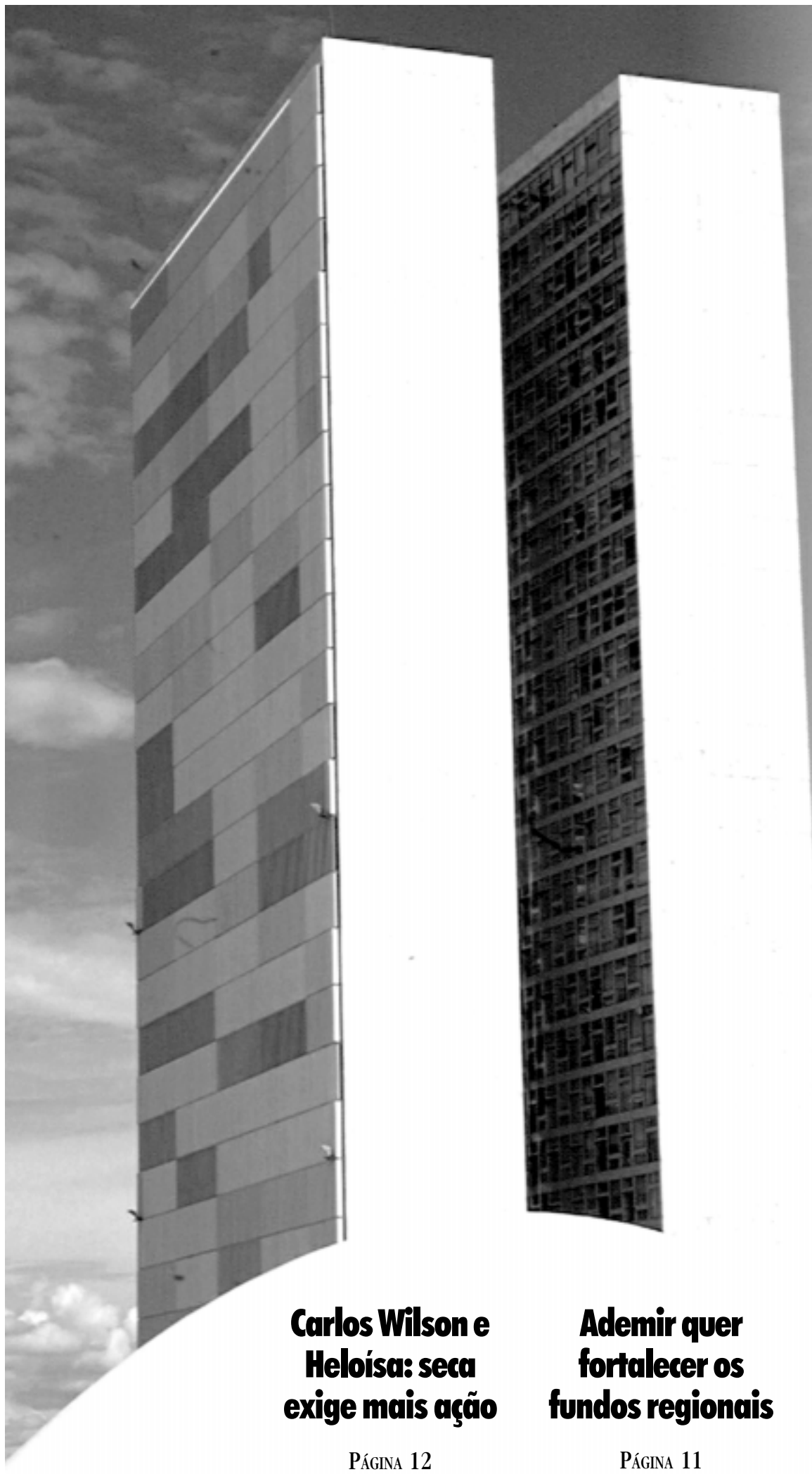
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VII – Nº 1.328 – Brasília, segunda-feira, 2 de julho de 2001



Senado aprovou benefícios para trabalhadores

Balanço de atividades do primeiro semestre mostra que foram examinadas 417 matérias

A reposição das perdas sofridas pelos trabalhadores, a tentativa de reduzir a informalidade nas relações de trabalho e o estímulo à criação de empregos foram algumas das preocupações do Senado no primeiro semestre deste ano. Em 43 sessões deliberativas, os senadores examinaram 417 matérias, muitas delas destinadas a melhorar as condições de vida da população e a reduzir a concentração de renda. O trabalho dos parlamentares também foi intenso nas comissões permanentes e temporárias do Senado e do Congresso Nacional.

Páginas 2 a 9

Reforma partidária avança com votação de cinco projetos

A reforma política avançou no Senado: foram votados cinco projetos concernentes a eleição, como o que exige o financiamento público das campanhas. A formação de quadros partidários sólidos, eliminando as facilidades com que hoje se troca de legenda, foi contemplada com a ampliação de dois para quatro anos do tempo exigido de filiação para que o indivíduo que mudar de partido possa candidatar-se a cargo eletivo. Os senadores rejeitaram a proposta de renúncia para chefes do Executivo que quisessem disputar a reeleição.

Página 3

Carlos Wilson e Heloísa: seca exige mais ação

Página 12

Ademir quer fortalecer os fundos regionais

Página 11

AOS LEITORES

Devido ao recesso parlamentar, o JORNAL DO SENADO só voltará a circular no dia 1º de agosto.

BALANÇO

Suassuna anuncia recordes na atuação da CFC

Convocações e depoimentos de ministros, secretários e pessoas supostamente responsáveis por irregularidades com o dinheiro público foram algumas das atividades mais importantes promvidas pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) no primeiro semestre do ano, segundo avaliou o seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A comissão examinou 140 matérias nas 20 reuniões realizadas.

– Nós pedimos, pelo menos, uma centena de tomadas de conta especial, enviamos, pelo menos, uma centena e meia de informações ao Ministério Público e fizemos a avaliação de 198 processos. Estamos em recorde absoluto em termos de processo e em número de reuniões. Vamos cumprir na plenitude as obrigações que recebemos do Plenário do Senado – afirmou Suassuna.

O senador considera excepcional o balanço do período, especialmente comparando-se com a atividade da comissão no passado. Ney Suassuna afirmou que o trabalho da CFC poderia ter sido ainda mais proveitoso se a comissão tivesse melhor horário para seu funcionamento. No primeiro semestre, as reuniões foram marcadas para as 18 horas, após o Plenário realizar a ordem do dia. No segundo semestre, a idéia é de que esses encontros de trabalho possam ser feitos às 9h das quartas-feiras.

Entre as propostas para o próximo período, o senador Ney Suassuna informa que a comissão deverá visitar algumas repartições, verificar o andamento da qualidade e os custos dos serviços prestados, o que é um procedimento inusitado. Ele comentou que essa disposição já tem gerado algumas incompreensões por parte de órgãos que tiveram auditoria ou tomada de conta especial. "Os órgãos dos quais nós já mandamos chamar os responsáveis ou pedimos documentos têm reclamado muito. Têm reclamado porque nunca foram auditados nem fiscalizados pelo Senado, no cumprimento do Regimento", afirmou Suassuna. O senador ressaltou que agora a Casa vai cumprir o seu papel, "doa a quem doer, reclame quem reclamar".

Presidida por Ney Suassuna, Comissão de Fiscalização e Controle examinou 140 matérias em 20 reuniões

Outra atividade que deverá ser incrementada na atuação da Comissão de Fiscalização e Controle no segundo semestre será o recebimento de denúncias da sociedade. Ney Suassuna alertou que qualquer cidadão brasileiro que veja o dinheiro público ser mal aplicado deve avisar imediatamente à comissão, que irá averiguar a denúncia.

Ney Suassuna ressaltou que é papel da CFC fazer a avaliação de custo/benefício de obras e serviços; verificar a eficácia e eficiência dos planos e projetos do governo; verificar toda a aplicação de verbas e, principalmente, se o contribuinte não está pagando caro demais pela ineficiência de certos serviços.

CPI do Congresso desvenda ação de quadrilhas em todo o país

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que apura o roubo de cargas em todo o país centrou suas investigações sobre as atividades dos empresários William Sozza e Ari Natalino da Silva. A CPI encerra o primeiro semestre tendo visitado as cidades de São Luís (MA), Campinas (SP), Porto Alegre (RS) e Joinvile (SC), onde realizou audiências públicas.

Romeu Tuma *(segundo à esquerda)* informou que CPI continuará trabalhando durante o recesso

William Sozza, preso pela Polícia Federal, é acusado de chefiar uma das maiores quadrilhas de roubo do país, com base em Campinas e ramificações em 14 estados. Ari Natalino, dono da distribuidora de combustíveis Petroforte, de Paulínia (SP), depôs na CPI e teve seus sigilos fiscal e bancário quebrados. Ele é acusado de receptação, falsidade ideológica e sonegação de impostos.

A CPI, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), recebeu a cooperação dos presidiários Jorge Méres e Sálvio Vilar, que confessaram ter integrado quadrilhas de roubo de cargas e denunciaram antigos cúmplices. Méres foi motorista de William Sozza. Sálvio envolveu-se com um grupo de policiais do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), também de São Paulo, que extorquia quadrilhas.

O testemunho dos presidiários levou a CPI às supostas trilhas utilizadas para escoar as cargas desviadas em rodovias paulistas, onde ocorrem 80% desses crimes. Uma das conexões levava ao Maranhão, onde a CPI tomou o depoimento de empresários, prefeitos, policiais e presidiários.

Em Campinas, a presença da comissão levou à prisão de dois policiais. Tuma reconheceu a dificuldade de se alcançarem os grandes receptadores ligados à quadrilha de Sozza. Preso pela Polícia Federal, o empresário recusou-se a cooperar com as investigações, mesmo quando acareado com Jorge Méres.

Durante audiência pública realizada em abril, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, a CPI ouviu 20 pessoas e deu voz de prisão ao comerciante Arlindo Manfroi, acusado de prestar falso testemunho. Ele é suspeito de vender caminhões roubados. Em Joinvile, foram interrogados outros cinco acusados de desvio de cargas.

A CPI tomou também o depoimento do ex-piloto de Fórmula Truck Gilberto Luiz Hidalgo. Ele teve que se explicar sobre as dezenas de carretas – várias delas adulteradas – e cargas roubadas encontradas em um sítio de sua propriedade. Hidalgo teve seus sigilos fiscal e bancário quebrados.

BEIRA-MAR

No dia 27 de junho, a CPI fez acareação entre o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, e Sálvio Vilar, que denunciou ligações suas com o deputado estadual mineiro Arlen Santiago (PTB-MG) e seu irmão, o empresário Paulo César Santiago. Beira-Mar negou as ligações e chamou Sálvio de "maluco" e "alcagüete".

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

BALANÇO

Iniciativas sociais marcam semestre no Senado

Repor perdas sofridas pelos trabalhadores, reduzir a informalidade nas relações de trabalho e estimular a criação de empregos foram algumas das preocupações do Senado no último semestre. Entre as 417 matérias apreciadas, ao longo de 43 sessões deliberativas, houve também o propósito de melhorar as condições de vida da população e reduzir a concentração de renda.

Entre as 379 matérias aprovadas pelo Senado, estão a reposição das perdas sofridas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores na vigência dos planos Verão e Collor I. A correção começará a ser depositada nas contas vinculadas dos assalariados a partir do próximo ano, para quem tem até R$ 2 mil a receber, e se estenderá até 2007, para saldos maiores.

Aprovado pela Casa, só falta agora entrar em vigor o projeto que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que deverá destinar R$ 4 bilhões por ano para as áreas mais carentes do país. Esse fundo foi concebido originalmente no próprio Senado, após estudo realizado pela comissão que discutiu o crescimento da miséria no país.

O Plenário aprovou projeto incentivando a formalização das relações de trabalho no campo, historicamente marcadas pela informalidade. O texto alterou a legislação que trata das contribuições sociais devidas pelos produtores rurais e pela agroindústria. Com isso, as empresas rurais deixaram de aplicar a alíquota de 20% sobre a folha de pessoal para calcular a contribuição previdenciária, passando a recolher 2,6% do faturamento bruto para a seguridade social e para o custeio de benefícios decorrentes de acidentes de trabalho e de incapacidade laboral.

Foi ainda aprovada mudança equiparando, para efeito de arrecadação previdenciária, os condomínios de produtores rurais com os produtores individuais. Garantindo aos empregados contratados por esses condomínios o acesso aos benefícios da Previdência, a norma incentiva o emprego no campo.

O Senado também decidiu que as empresas que empregam vendedores, viajantes ou pracistas são obrigadas a pagar, numa única parcela, as comissões e percentagens resultantes das vendas realizadas a prestações.

Aprovou ainda projeto criando 1.013 vagas no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, a serem ocupadas mediante concurso. São 176 cargos para especialistas em Medicina e em Odontologia, 110 para a área complementar de saúde e 727 para técnicos de saúde de nível médio. Foi também decidida a abertura de 70 novos postos de defensor público da União.

Com o propósito de garantir benefícios trabalhistas sem aumentar os custos da contratação de trabalhadores, o Senado também decidiu que vantagens como educação, transporte, assistência médica, seguro de vida e previdência privada não integram o salário. O empregador foi assim estimulado a conceder esses benefícios aos empregados, visto que sobre eles não incidirão encargos.

A reposição das perdas do FGTS e a redução da informalidade nas relações de trabalho foram algumas das matérias aprovadas pelos senadores

Começa votação da reforma política

A crise resultante da violação do painel eletrônico de votações, cujo desfecho foi a renúncia dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, não impediu o Senado de dar início, no semestre passado, à reforma política. Foram votados cinco projetos nessa área. Entre eles, o que exige o financiamento público das campanhas e define como serão distribuídos os recursos para os partidos.

Com a alteração, ficou decidido que, em anos eleitorais, a dotação orçamentária do Fundo Partidário terá por base o valor de R$ 7 por eleitor. E ficou vedado a partidos e a candidatos receber doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade, proveniente de pessoa física ou jurídica.

Foi aprovada também alteração na Lei dos Partidos Políticos para ampliar de dois para quatro anos o tempo exigido de filiação à legenda para que o cidadão que muda de partido possa candidatar-se a cargo eletivo. Objetivo da mudança: forjar quadros partidários sólidos, eliminando as facilidades com que hoje um político muda de legenda.

Outra mudança foi aprovada para tornar inelegível para o Senado o senador que estiver no meio do mandato, salvo se renunciar até a data da convenção partidária. A Casa entendeu que, quando senadores resolvem candidatar-se ainda tendo quatro anos de mandato a cumprir, compromete-se a eficácia da alternância prevista para ocorrer de quatro em quatro anos.

Ao rejeitar a proposta de emenda à Constituição que exigia a renúncia dos chefes de Executivo que quisessem disputar a reeleição, o Senado tomou outra decisão significativa. Deixou para a população a prerrogativa de julgar, nas urnas, se esses governantes utilizam a máquina administrativa para conquistar o novo mandato.

Por unanimidade, foi aprovada emenda constitucional que faz iniciar-se no Senado, e não na Câmara, a discussão e votação dos projetos relativos à estrutura federativa e que interessam a um ou mais estados. Entendeu-se que projetos capazes de interferir no equilíbrio federativo devem ter sua deliberação iniciada na Casa que representa a Federação, ou seja, o Senado.

Foi também votada iniciativa permitindo a nomeação de integrantes de tribunais de contas mediante concurso público. Hoje, essas nomeações são decididas politicamente, apesar da dimensão conferida ao concurso pela Constituição, que o exige de quem queira ocupar qualquer cargo efetivo na administração pública.

Entre as matérias votadas no último semestre, destacou-se ainda um conjunto de diretrizes destinadas a evitar o crescimento urbano desordenado. Foi aprovado o Estatuto da Cidade, lei que estabelece normas de planejamento e desenvolvimento urbanos a serem seguidas pelas prefeituras.

BALANÇO

LDO dá tranqüilidade ao planejamento fiscal

Não haverá surpresas nos orçamentos fiscal e da seguridade social em 2002, nem nos planos de investimento do governo até 2003. Basicamente, foi isso o que o Congresso garantiu ao aprovar, na última semana de junho, o substitutivo da deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. O substitutivo da deputada, relatora do projeto na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), foi a peça mais importante produzida por essa comissão no primeiro semestre do ano.

Ao manter no substitutivo as linhas básicas traçadas pelo governo, a deputada quis assegurar ao Executivo tranqüilidade para dar continuidade à atual política econômica. Como os orçamentos fiscal e da seguridade social de 2002 e o Plano Plurianual (PPA) 2000/2003 (no momento em revisão) devem obediência cega à LDO, fica, assim, assegurada a linha de conduta desejada pelo governo central nos gastos públicos.

O presidente da CMO, senador Carlos Bezerra (*de pé, à esquerda*), e a deputada Lúcia Vânia, ao discutirem a LDO

No substitutivo, aprovado sem dificuldades pelo Congresso Nacional, a relatora do projeto da LDO 2002 rejeitou todas as emendas que traziam algum risco para os parâmetros básicos fixados pelo governo, destacando-se aí as que pretendiam mexer na meta de formação de superávit primário (receitas menos despesas, fora gastos com a dívida pública) no próximo ano, que já consta, inclusive, do acordo do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, em entrevista concedida à Rádio Senado, considerou como "brilhante e competente" o trabalho feito pela deputada Lúcia Vânia.

O governo espera conseguir em 2002 um superávit primário consolidado do setor público equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa, segundo as projeções oficiais, R$ 38,02 bilhões, dos quais R$ 31,69 bilhões viriam do governo central e R$ 6,33 bilhões dos estados e municípios.

Parlamentares da oposição apresentaram emendas com o objetivo de usar uma parte desses recursos, que o governo optou por destinar ao pagamento do serviço da dívida pública interna e externa, em investimentos prioritários e também para assegurar um maior reajuste para o salário mínimo e para os salários dos servidores públicos. Como as emendas foram rejeitadas, o governo pôde respirar aliviado, mantendo a essência de sua política.

Além da proposta da nova LDO, a Comissão de Orçamento aprovou créditos suplementares de aproximadamente R$ 4 bilhões ao Orçamento de 2001, solicitados pelo governo; examinou relatórios de auditorias, como as que foram realizadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) no BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a fim de verificar as providências adotadas para a cobrança de créditos junto a empresas de transporte aéreo (Vasp, Varig, Transbrasil, Tavaj, Pantanal e Taba).

A Comissão Mista de Orçamento também discutiu relatórios do plano de gestão do setor público e de cumprimento de metas do Plano Plurianual (PPA). Realizou ainda audiências públicas para tirar dúvidas dos parlamentares sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, controle de gestão e programas estratégicos com várias autoridades, entre elas o ministro do Planejamento e o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa.

Orçamento de 2002 terá debate pela Internet

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) será rigorosa no cumprimento dos prazos estipulados para discussão, análise e votação do projeto de lei do Orçamento de 2002, a exemplo do que fez com relação ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O presidente da CMO, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), informou que, tão logo receba a proposta orçamentária do governo, o que deve ocorrer até o final de agosto, ele colocará a íntegra do projeto na página da comissão na Internet. O objetivo é facilitar a troca de idéias com toda a sociedade e a elaboração de emendas pelos parlamentares.

Bezerra pretende ainda levar a discussão da proposta do orçamento fiscal e da seguridade social de 2002 aos estados e municípios, por meio de reuniões fora de Brasília, com a participação de parlamentares, governadores e prefeitos. No entendimento do senador, somente uma discussão nas bases será capaz de indicar a melhor forma de gastar os cerca de R$ 500 bilhões de recursos orçamentários esperados para o próximo ano, em que pesem os limites já impostos pela LDO.

Ele defende a idéia do orçamento impositivo, que garantiria a plena execução do orçamento aprovado pelo Congresso. Com esse sistema, previsto em emenda que tramita no Congresso, o Brasil não estaria inovando em nada, mas apenas seguindo o exemplo dos EUA e dos principais países europeus.

Já no início de agosto, os deputados e senadores começarão a discutir a revisão do Plano Plurianual

Atualmente, o Brasil adota o orçamento autorizativo. Mesmo aprovado pelo Congresso, ele não tem execução obrigatória por parte do Executivo. Esse sistema, segundo Carlos Bezerra, gera muita frustração entre os parlamentares, que lutam para aprovar suas emendas mas não têm a garantia de que, uma vez aprovadas, elas serão de fato atendidas.

Além da proposta orçamentária de 2002, a CMO deverá iniciar, já no início de agosto, as discussões sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003. Segundo o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o Executivo deverá encaminhar ao Congresso um novo texto corrigindo e atualizando o PPA.

Nessa nova versão, o governo deverá, inclusive, adequar o PPA ao novo cenário surgido a partir da crise de energia, que o obriga a mobilizar mais recursos para projetos na área de geração e transmissão de energia elétrica.

No segundo semestre deste ano, a CMO deve apreciar vários pedidos de crédito suplementar ao Orçamento de 2001, destacando-se, já na primeira reunião, prevista para 7 de agosto, os destinados à construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins (BR-060 e BR-153).

Congresso votou 33 matérias desde o dia 5 de fevereiro

O Congresso Nacional apreciou 33 matérias na primeira parte da sessão legislativa ordinária de 2001, entre 15 de fevereiro e 30 de junho. A maior parte das votações se deu em quatro sessões realizadas no mês de junho, quando foram aprovados a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001, 16 projetos de créditos suplementares no valor total de R$ 2,9 bilhões e um projeto de lei incluindo o programa Luz no Campo no Plano Plurianual (PPA) para o período 2000 a 2003.

Na votação relativa ao Senado, a LDO foi aprovada, na forma de substitutivo da deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), por 57 votos sim, 11 não e 3 abstenções. A relatora aceitou cinco destaques de parlamentares ao projeto do governo e rejeitou 23, mantendo os dispositivos que asseguram ao governo atingir a meta de superávit primário de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação aos créditos suplementares, no valor global de R$ 2,9 bilhões, os maiores beneficiados foram o Ministério da Integração Regional, com R$ 770 milhões para viabilizar as recém-criadas Agências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, que substituirão a Sudene e a Sudam; o Ministério da Defesa, com R$ 385 milhões; e o Ministério dos Transportes, com R$ 180 milhões para recuperação da malha rodoviária federal.

No dia 15 de fevereiro, o Congresso realizou sessão solene de abertura dos trabalhos da sessão legislativa. Em 14 de março, houve a segunda sessão solene do semestre, para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Na primeira parte da sessão legislativa, o Congresso Nacional aprovou ainda 24 medidas provisórias. Entre elas, a que cria o Programa Nacional de Renda Mínima Associada à Educação, o chamado Bolsa-Escola, que pretende beneficiar mais de 10 milhões de alunos.

Entre 29 de janeiro e 15 de fevereiro de 2001, o Congresso cumpriu convocação extraordinária, apreciando 28 matérias. Foram aprovadas 26 medidas provisórias, uma foi rejeitada e um decreto legislativo foi promulgado.

BALANÇO

CPI apura irregularidades em clubes e federações

Nove meses de trabalho foram suficientes para que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol jogasse luzes sobre o esporte mais popular do país. Remessa ilegal de recursos para o exterior, transferências de atletas servindo para a lavagem de dinheiro e desvio de recursos de clubes e federações foram algumas das suspeitas levantadas pelos senadores, a partir da análise de dados de sigilos bancários e do depoimento de 66 pessoas, entre empresários, dirigentes esportivos, ex-atletas e jornalistas.

A negociação de atletas para o exterior foi um dos pontos centrais das investigações. O jornalista Paulo César Ferreira, membro do conselho deliberativo do Flamengo, acusou o atual presidente do clube, Edmundo Santos Silva, de cometer irregularidades na compra e venda de jogadores e de deixar de pagar os impostos referentes a essas transações. O principal caso mencionado por Ferreira é o de Petkovic, que teria sido comprado por US$ 6,5 milhões do clube italiano Venezia, através de depósitos em contas sediadas em paraísos fiscais.

CAIXA DOIS

O ex-vice-presidente de finanças do Clube de Regatas Flamengo Bruno Caravello informou que os recursos previstos no contrato firmado com a empresa suíça ISL, no total de US$ 80 milhões, não passavam pelo caixa do clube. Segundo Caravello, a decisão partiu do conselho deliberativo, que privou a direção do Flamengo de qualquer controle sobre a aplicação desse dinheiro, destinado a custear a compra de jogadores, despesas de instalações e outras dívidas do Flamengo.

Rivais no campo esportivo, Flamengo e Vasco empatam quando se trata de problemas contábeis. O ex-presidente do Vasco, Agathyrno da Silva Gomes disse que metade da verba destinada ao Vasco pelo Bank of America foi depositada na conta de terceiros por ordem do atual presidente do clube, o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ). Segundo Agathyrno, o banco investiu R$ 34 milhões pelo direito de explorar a marca e os direitos comerciais e de arena do clube, mas apenas R$ 17 milhões foram contabilizados pela Tesouraria do Vasco. Outras irregularidades no clube foram apontadas.

Os senadores também encontraram indícios de irregularidades em negociações efetuadas pelo Santos, Grêmio e Internacional de Porto Alegre.

CBF E FEDERAÇÕES

Mas o descalabro administrativo não ficou restrito aos clubes. Contabilidade precária, clientelismo e nepotismo são práticas comuns nas federações estaduais de futebol. Na mineira, cujo poder se concentra desde 1966 nas mãos da família Guilherme, há suspeitas graves de uso de contas bancárias "laranjas" para desviar a renda de jogos.

Uma das práticas suspeitas na Federação do Rio de Janeiro é o repasse de dinheiro para contas de pessoas físicas e não apenas para clubes. O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), revelou que a federação fez um depósito para José Aremita de Lima, que seria "laranja" do presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda.

A negociação de atletas para o exterior foi um dos pontos centrais das investigações

Em depoimento à comissão, o presidente da federação, Eduardo Viana, disse desconhecer gastos de R$ 1,9 milhão, feitos em 2000, classificados como "diversos" nos registros contábeis, apesar de se tratar da maior despesa da entidade no ano passado.

A própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF) realizou operações contábeis pouco usuais. O tesoureiro Ariberto Pereira dos Santos Filho confirmou que a CBF emitia cheques nominais à sua conta destinados a pagamentos de despesas correntes.

Muitas dessas denúncias estão sendo aprofundadas porque os senadores decidiram antecipar o envio dos indícios de irregularidades ao Ministério Público. "Essa é uma forma de acelerar os procedimentos de investigação, inclusive no exterior, quando for o caso", explicou o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (sem partido – PR).

O ex-jogador Zico depôs na CPI presidida por Álvaro e que tem Althoff como relator

Relatório trará proposta de nova lei

A CPI do Futebol não vai se restringir à apuração de irregularidades. O presidente da comissão, senador Álvaro Dias, disse que mudanças na legislação que rege o desporto são fundamentais para prevenir desmandos.

A principal sugestão que deve constar do relatório é uma drástica mudança no processo de escolha dos dirigentes esportivos. Isso evitaria casos como o da Federação Mineira, controlada há mais de 35 anos pela família Guilherme.

Álvaro acrescentou que a comissão deverá propor também normas reguladoras para o desporto, com possibilidade de responsabilização civil e criminal dos dirigentes.

O senador anunciou o cronograma da comissão: em agosto, deverão ser ouvidos os presidentes do Vasco, do Flamengo e da CBF, e nomeado grupo de trabalho que vai elaborar as sugestões de nova legislação. Setembro será dedicado à elaboração do relatório final, e em outubro o trabalho da comissão deve estar concluído.

Jader acelera ritmo de votações no final do primeiro semestre

Ao final de seu primeiro semestre como presidente do Senado, o senador Jader Barbalho imprimiu ritmo acelerado de trabalho nas comissões e no Plenário. Para garantir maior agilidade na votação de matérias que se encontravam em tramitação, foram realizadas sessões deliberativas do Senado inclusive às segundas e sextas-feiras, dias em que normalmente ocorrem apenas debates em Plenário.

Jader: sessões deliberativas às segundas e sextas

Jader enviou recomendação formal às comissões técnicas permanentes solicitando pressa na aprovação de pareceres sobre diversos projetos importantes que já estavam com prazos vencidos de manifestação. O objetivo era votar vários deles antes do recesso de julho e permitir que o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, pudesse preparar para o reinício dos trabalhos, em agosto, ampla pauta de votações para o Plenário da Casa.

– Mesmo em um semestre atípico como o que se encerra, o Senado manteve a normalidade de seu trabalho legislativo e avançamos em matérias importantes como a reforma política, o Estatuto da Cidade e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – afirmou Jader Barbalho. Ao longo desse período, dois senadores – Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda – renunciaram a seus mandatos, após a descoberta da violação do painel eletrônico durante a votação do pedido de cassação do então senador Luiz Estevão. E o presidente do Senado envolveu-se em troca de acusações de irregularidades com o ex-presidente da Casa Antonio Carlos Magalhães.

Jader anunciou que entre as prioridades para este semestre estão matérias importantes como a nova Lei das Sociedades Anônimas e a reforma do Judiciário.

Ainda neste semestre o Senado deverá apreciar a proposta de emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo. A proposta foi acolhida em primeiro turno pelos deputados, mas poderá enfrentar resistências no Senado por causa de mudanças incluídas no texto aprovado originalmente pelos senadores.

Caso a matéria seja aprovada em segundo turno pelos deputados e acolhida em dois turnos pelos senadores, poderá estar pronta para ser promulgada ainda neste ano pelos presidentes do Senado e da Câmara, abrindo caminho para novo relacionamento entre o governo e o Congresso Nacional.

BALANÇO

CAE vai aprofundar discussão sobre a Alca

Um exame detalhado sobre as vantagens e desvantagens do ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e as mudanças na Lei das Sociedades Anônimas serão objeto de destaque nas atividades da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no segundo semestre deste ano, conforme o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão.

Lúcio Alcântara é, inclusive, o autor da indicação, já aprovada pela CAE, para que se discuta ali, em profundidade, tudo o que diz respeito ao ingresso do Brasil na Alca, que poderá reunir 34 países, com um PIB (Produto Interno Bruto) global de US$ 12 trilhões e um mercado de 800 milhões de consumidores.

Vários integrantes da CAE esperam muito dos debates. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) avalia que o ingresso do Brasil na Alca exige cautela, principalmente porque os norte-americanos não estariam querendo discutir o acordo fora do âmbito tarifário. Na prática, isso quer dizer que produtos fabricados nos Estados Unidos poderão entrar no Brasil e nos outros países integrantes do bloco com tarifa zero. As empresas brasileiras, nesse caso, teriam de ser tão competitivas quanto as norte-americanas. Como chegar a isso tendo custos mais elevados, provocados por estradas ruins, juros três vezes superiores aos dos EUA e tecnologia mais atrasada, é o que preocupa Hartung.

Para Hartung, a Alca somente será bem-vinda se significar acesso do produto brasileiro aos melhores mercados do continente. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) compartilham essas preocupações.

A criação do Código de Defesa do Contribuinte também deverá ser melhor discutida pela CAE. Apresentada pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a proposta busca um tratamento eqüitativo entre o fisco e as pessoas físicas e jurídicas. Cauteloso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressalta a importância de uma discussão mais profunda, para que o Senado não corra o risco de aprovar "um código de defesa do sonegador". A mesma posição é partilhada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que inclusive pediu vista do projeto.

Quanto às mudanças na Lei das S/A, no segundo semestre elas deverão envolver no debate, além dos parlamentares, acadêmicos, advogados e especialistas no mercado financeiro.

Lúcio Alcântara, presidente da CAE, propôs um amplo debate sobre o ingresso do Brasil na Alca

Alcântara faz avaliação positiva do trabalho no primeiro semestre

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), manifestou satisfação com o resultado dos trabalhos no primeiro semestre deste ano, ressaltando que, apesar da fase tumultuada vivida pelo Congresso no período, a comissão conseguiu analisar 26 proposições. Entre essas, destacam-se o projeto que regulamentou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que irá aplicar R$ 4 bilhões por ano no socorro às populações carentes, e o que irá permitir o ressarcimento de R$ 42 bilhões aos trabalhadores por perdas causadas nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos planos econômicos Verão e Collor I.

A reposição das perdas impostas às contas do FGTS, para Lúcio Alcântara, foi uma vitória da negociação e do bom senso entre trabalhadores, empresários, governo e parlamentares. Todos contribuíram para que se obtivesse êxito perante o maior litígio trabalhista já registrado até hoje em todo o mundo.

Para Lúcio Alcântara, outra importante vitória do Parlamento e da CAE foi a aprovação do projeto que regulamenta a criação do Fundo da Pobreza, que, ao contrário do que ocorre normalmente com iniciativas desse tipo, nasceu já com recursos assegurados à sua atividade. Mesmo antes de ser sancionado – lembra o senador – o fundo já tinha assegurados R$ 500 milhões oriundos do aumento na Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Os recursos serão aplicados, principalmente, na Bolsa-Escola, em programas de saneamento básico (água tratada e esgotos), no reforço alimentar de pessoas socialmente excluídas e no amparo às crianças.

Estatuto da Cidade foi dos principais temas na CAS

Das 38 proposições apreciadas no último semestre pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a aprovação do Estatuto da Cidade e a regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza assumiram posição de destaque, pela perspectiva real de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Romeu Tuma espera atividade "contínua e eficiente" da Comissão de Assuntos Sociais também no segundo semestre

Fruto de projeto de autoria do então senador Pompeu de Sousa, já falecido, o Estatuto da Cidade teve sua aprovação final após tramitar por mais de dez anos na Câmara. Ao fixar as diretrizes gerais de política urbana, a proposição dotou os municípios de mecanismos para combater a ociosidade de terras e a especulação imobiliária. Proprietários de imóveis poderão ser obrigados, por exemplo, a parcelar ou construir em área urbana não edificada, subutilizada ou abandonada, sob pena de terem o bem taxado com IPTU progressivo e até desapropriado.

A regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza vai garantir a aplicação de cerca de R$ 4 bilhões por ano em ações de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar voltadas para a população carente. O fundo já dispõe de cerca de R$ 500 milhões, oriundos da parcela de 0,08% da CPMF recolhida desde março passado. Gerado no Congresso, a partir de uma comissão mista criada para propor medidas de combate à pobreza, esse projeto teve como um de seus principais inspiradores o ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

SEXO SEGURO

Projetos na área de saúde também aparecem na lista de prioridades da CAS, segundo seu presidente, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Duas proposições importantes aprovadas pela comissão, já encaminhadas à sanção presidencial, prevêem a cobertura de cirurgia reparadora de mama pelos planos privados de saúde, em casos de mutilação decorrente de câncer, e a veiculação da mensagem "Faça sexo seguro. Use camisinha" antes do início de filmes pornográficos ou eróticos em vídeo.

Merece destaque ainda a aprovação de projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que destina 25% dos leitos dos hospitais universitários a pacientes particulares ou usuários de seguros privados de saúde. Esses recursos deverão ser revertidos para o aparelhamento e manutenção dos hospitais, contribuindo para melhorar a assistência prestada a pacientes que dependem do SUS.

Se prevalecer a disposição de Tuma, iniciativas em saúde continuarão a ter prioridade na CAS. "Em agosto, deveremos reunir cirurgiões e pacientes em audiência pública para instruir a votação do projeto que trata do uso médico do silicone", adiantou. A expectativa de Tuma quanto ao retorno das atividades, após o recesso, é a de que continuem marcadas por um ritmo de trabalho "contínuo e eficiente", voltado para a superação das dificuldades da parcela mais carente da população.

BALANÇO

Comissão de Constituição e Justiça examinou 56 matérias neste ano

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem 929 proposições em tramitação, enquanto todas as outras seis comissões permanentes têm, juntas, 927. Citando esses números, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse não ter dúvida de que a CCJ – que ele preside pela segunda vez – é a mais importante comissão do Senado Federal.

A CCJ examinou 56 pareceres nas 19 reuniões que fez no semestre passado, incluídos aí dois projetos de lei da Câmara votados durante a convocação extraordinária, em janeiro e fevereiro. Foram aprovadas cinco propostas de emenda à Constituição (PEC), além de 35 projetos de lei e cinco indicações de autoridades para ocuparem cargos no Poder Judiciário. Também foram aprovados dois requerimentos, um projeto de decreto legislativo e uma emenda de Plenário. Sete proposições foram rejeitadas.

Para Cabral, esses números traduzem o "trabalho hercúleo" de todos os titulares e suplentes da comissão. Como todas as matérias que precisam de um parecer sobre sua constitucionalidade e juridicidade passam pela CCJ, Cabral conclui que a comissão acaba examinando quase a totalidade das matérias que tramitam pelo Senado.

Cabral (*D*) lembra que a CCJ examina quase todas as matérias que tramitam no Senado

O presidente da CCJ afirmou que seus 45 anos de experiência no campo do Direito o ajudam muito na condução dos trabalhos da comissão, onde pode "apontar caminhos e indicar soluções".

– Tudo o que eu tenho feito na vida é sempre dentro da advocacia e do magistério relacionado com o Direito. Respiro o Direito – afirmou, lembrando que há dois anos encerrou seu primeiro mandato como presidente da comissão.

O senador destacou a aprovação, pela CCJ, do Fundo de Combate à Pobreza e do Fundo da Amazônia Ocidental. Este último, proposto pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), foi aprovado na forma de um substitutivo apresentado por Cabral, designado relator antes de assumir a presidência da comissão. O presidente da CCJ destaca que essa proposta foi aprovada em Plenário por unanimidade.

Além das assinaladas pelo senador, destacam-se entre as matérias importantes aprovadas pela CCJ no último semestre a emenda constitucional que obrigou prefeitos, governadores e o presidente da República a renunciarem seis meses antes se quiserem disputar a reeleição, depois rejeitada pelo Plenário; o Código de Defesa do Contribuinte; e os projetos de lei que tratam do comércio eletrônico, do crime de assédio sexual e da criação de juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ainda a terceira recondução de Geraldo Brindeiro para a Procuradoria Geral da República, duas indicações para o Superior Tribunal de Justiça e duas para o Tribunal Superior do Trabalho.

CPI das ONGs programa novos depoimentos

Para o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades nas organizações não-governamentais (CPI das ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o principal feito dos dois primeiros meses de trabalho foi a imensa coleta de dados realizada.

– Enviamos ofícios para todos os ministérios, para o Judiciário, Ministério Público e governos estaduais. Temos a listagem dessas organizações, os convênios mantidos por elas com ministérios e outros órgãos públicos e também sobre sua forma de atuação – afirmou Mozarildo Cavalcanti.

A CPI realizou quatro reuniões. Entre elas, uma audiência pública com o escritor mexicano Lorenzo Carrasco, autor do livro *Máfia Verde*. Ele fez várias denúncias sobre a atuação das ONGs na Amazônia.

Segundo o roteiro de trabalho proposto pela relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), também deverão comparecer à CPI os generais Gleuber Vieira, comandante do Exército, e Alcedir Pereira Lopes, comandante militar da Amazônia. Serão ouvidos ainda os ministros da Defesa, Geraldo Quintão, e da Justiça, José Gregori.

Mozarildo ressaltou a inexistência de controle sobre as ONGs. Segundo ele, a própria Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais tinha, ano passado, o registro de 213 instituições, mas ele afirma que somente as que trabalham na questão indígena somam 350.

Segundo Mozarildo, a CPI deve concluir seus trabalhos ainda este ano. Ele espera "fazer um verdadeiro diagnóstico das ONGs", sigla que considera "um rótulo muito amplo, pois dentro dele tudo se encaixa".

– Queremos fazer a separação do que é uma ONG séria, que trabalha com a solidariedade, em benefício, principalmente, das causas sociais e do desenvolvimento de regiões pobres, das que estão se utilizando dessa fachada para servir a outros interesses, como é o caso da Associação Amazônia, dirigida e financiada por estrangeiros – disse, lembrando que essa associação já foi investigada por uma CPI da Assembléia Legislativa de Roraima, que constatou várias irregularidades em sua atuação.

Mozarildo Cavalcanti preside a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem como relatora Marluce Pinto

Mozarildo Cavalcanti disse que a CPI deve denunciar ao Ministério Público e ao Judiciário as entidades que considerar nocivas. Espera também que a comissão contribua com sugestões para "produzir uma legislação que possa regulamentar a atuação dessas instituições". Para ele, é importante não só que elas tenham salvaguardas próprias como também que o governo brasileiro possa ter a certeza de que elas sejam úteis ao país.

– Se o Estado brasileiro fiscaliza o cidadão sobre o que ele ganha e onde ele aplica, por que abre mão de ter um controle sobre essas organizações que têm origem estrangeira e atuam no nosso país? – perguntou ele.

Secretário-geral da Mesa faz balanço positivo

Raimundo Carreiro: um ano em um semestre

O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, faz um balanço positivo dos trabalhos no primeiro semestre do ano. Segundo ele, os números correspondem a um ano de trabalho em outros períodos.

Carreiro atribuiu a boa produtividade à orientação recebida do presidente do Senado, Jader Barbalho, de encaminhar ao Plenário para imediata votação todas as matérias prontas nas comissões. Ele ressaltou que todas as matérias sobre as quais as comissões deliberaram foram discutidas e aprovadas no Plenário. Para este semestre, Carreiro informou que está prevista a proposta de emenda constitucional que limita as MPs, que terá a prioridade número um para apreciação no Senado.

Diretor-geral destaca o lançamento de CDs

Agaciel Maia: transparência nas licitações

A compilação de toda a legislação brasileira produzida desde o Descobrimento, editada em três CD-ROMs, foi o grande destaque dos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria Geral do Senado semestre passado, diz o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia. O trabalho abrange 500 anos de história legislativa, com início nas antigas ordenações portuguesas afonsinas, manuelinas e filipinas, até os dias atuais, informou.

Com o mais completo estudo já realizado sobre a legislação do Brasil, acrescentou Agaciel Maia, os três CDs serão de fundamental importância para o trabalho de parlamentares e juristas. Na parte administrativa, ressaltou o diretor-geral, a busca de maior transparência nos processos de licitação da Casa, para a realização de obras e aquisição de bens e serviços, foi outra prioridade.

BALANÇO

Ação do Conselho de Ética levou senadores à renúncia

A atuação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no primeiro semestre levou à renúncia do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães e do ex-líder do governo, José Roberto Arruda, que ainda se viu obrigado a deixar o PSDB, para não ser expulso. Presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), hoje ministro da Integração Nacional, o conselho investigou a denúncia de violação do painel eletrônico de votações do Plenário do Senado, chegando à conclusão de que Antonio Carlos e Arruda tiveram participação no episódio.

O conselho decidiu investigar a denúncia atendendo a requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que usou como justificativa a publicação, pela revista *IstoÉ*, de trechos de uma fita gravada durante conversa de Antonio Carlos com um grupo de procuradores da República logo depois da eleição de Jader Barbalho (PMDB-PA) para a Presidência do Senado. Na fita, o senador baiano afirmava conhecer o voto da senadora Heloísa Helena (PT-AL) na votação secreta em que foi cassado o senador Luiz Estevão.

Conselho de Ética investigou a participação de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda na violação do painel de votações

O que reforçou a necessidade das investigações foi o laudo da Universidade de Campinas provando que o painel fora violado por ocasião da cassação de Estevão. De posse desse laudo, a comissão de sindicância criada para apurar a denúncia de violação interrogou funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) até obter da ex-diretora do órgão Regina Célia Peres Borges a confissão do delito. À comissão, ela informou que agira em função de "pedido" de Arruda. Este teria agido por orientação de Antonio Carlos.

As alegações de inocência e os pedidos de abrandamento da pena de cassação não surtiram efeito. Antonio Carlos e Arruda foram acusados formalmente de quebra do decoro parlamentar em relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Porém, antes que fosse aberto o processo de perda de mandato, Arruda e Antonio Carlos renunciaram, acusando o conselho de agir pautado pela imprensa e pelo desejo de vingança da opinião pública.

Ricardo Santos diz que o saldo dos trabalhos do primeiro semestre na Comissão de Educação foi positivo

CE aprova matérias importantes e prepara audiências com ministros

A Comissão de Educação (CE) concluiu os trabalhos do primeiro semestre com um saldo positivo. A avaliação é do presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que destacou a aprovação de várias matérias consideradas importantes para a população, como o projeto que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Infância (Pronai). Esse projeto tem por objetivo garantir a alimentação de gestantes e crianças até sete anos de idade.

Outro projeto aprovado pela Comissão de Educação e que foi destacado pelo senador é o que incluiu a matéria de Informática nos currículos das escolas de 1º e 2º graus de todo o país. Ricardo Santos também aplaudiu a aprovação de parecer ao projeto que torna obrigatória a inclusão da disciplina Educação Física em todos os currículos da educação básica. No decorrer do primeiro semestre, a Comissão de Educação também aprovou projeto que institui o Prêmio João Calmon, a ser conferido pelo Senado Federal ao prefeito que garantir a manutenção das crianças na escola.

No próximo semestre, adianta Ricardo Santos, a Comissão de Educação vai empenhar-se para, logo nas primeiras semanas de agosto, aprovar um projeto que ele considera prioritário: o que trata da prevenção, tratamento, controle e combate ao tráfico de drogas. Está prevista também a realização de cinco audiências públicas, com os ministros Pimenta da Veiga (Comunicações), Carlos Melles (Esporte e Turismo), Paulo Renato Souza (Educação), Ronaldo Sardenberg (Ciência e Tecnologia) e Francisco Weffort (Cultura). Eles vão comparecer à comissão para tratar das diretrizes e programas considerados prioritários em suas respectivas pastas para o próximo ano.

Restrição às armas gerou polêmica e foi uma das principais decisões da CRE

A aprovação, no dia 22 de maio, do substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que disciplina o porte e o registro de armas foi uma das principais decisões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) este ano. Apesar de prevista a tramitação da matéria em caráter terminativo, o presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), determinou seu envio ao Plenário, por considerá-la polêmica. O assunto deverá entrar na pauta do Senado neste semestre.

Segundo o texto aprovado na CRE, será admitido o porte de armas por aqueles a quem a atual legislação já concede este direito: quem necessita de arma para exercer sua função, inclusive servidores do Ibama que possuem poder de polícia. O registro, a posse e o porte de armas por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes de áreas rurais terão normas específicas. Para o cidadão comum, na prática, o substitutivo permite a posse, mas não o porte de armas, e determina que todas sejam registradas.

CRE também protestou contra descumprimento do Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos

A Comissão de Relações Exteriores também aprovou moção apresentada por Jefferson Péres manifestando ao governo americano a preocupação e o protesto diante da determinação do presidente George W. Bush de não endossar a regulamentação das normas que visam a diminuir a emissão de gás carbônico, contidas no Protocolo de Kyoto. Também foi aprovado requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) formulando voto de censura ao Emirado Islâmico do Afeganistão pelo desrespeito às mulheres.

As discussões sobre o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) motivaram a CRE a aprovar requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) criando a Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, com o objetivo de acompanhar e promover debates sobre as conseqüências da possível adesão do Brasil àquele bloco econômico.

Outro dos requerimentos aprovados, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), resultou em convite a parlamentares de oposição do paraguai para explicar a situação política daquele país.

Subcomissão de Cinema influencia medida do governo

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, "ao que tudo indica, está tomando o caminho certo", conforme avaliou seu presidente, senador Freitas Neto (PFL-PI). Ele disse que, entre outros, se baseia em dois fatos recentes para fazer essa afirmação:

– Primeiro, tivemos as declarações do ministro da Cultura, Francisco Weffort, apoiadas por um dos principais produtores de audiovisual do país, Luiz Carlos Barreto, que declarou, durante audiência pública realizada naquele colegiado, que o Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic) foi criado pela Presidência da República após a repercussão dos debates propiciados pela subcomissão – lembrou o senador.

Reunindo sete ministros de Estado e seis representantes de produção, exibição e distribuição de filmes no Brasil, o Gedic passou a existir em setembro de 2000, portanto mais de um ano depois da instalação da subcomissão, com o objetivo de traçar um plano estratégico para, até 2006, dobrar o mercado e impedir que o setor fique ancorado apenas em renúncia fiscal, hoje responsável por 90% dos recursos.

Para Freitas Neto, subcomissão está no rumo certo

A ampliação do número de titulares e suplentes que integram a subcomissão, de sete para 12 senadores, conforme requerimento aprovado pelo colegiado, é outro fato que motiva e tranqüiliza Freitas Neto quanto aos resultados dos trabalhos. Segundo ele, esse crescimento se deu por iniciativa de vários senadores que o procuraram, manifestando-se interessados em integrar a subcomissão.

BALANÇO

Infra-Estrutura debateu crise de energia e acidente da Petrobras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) debateu no primeiro semestre temas importantes para o cotidiano do país. A crise energética e o acidente envolvendo a plataforma de petróleo da Petrobras P-36 foram questões abordadas pelos senadores da comissão, com a ajuda de especialistas. No período, a CI também aprovou 11 matérias. Entre elas, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivo a Energias Renováveis (Pier), a indicação de nomes para a direção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e parecer do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) favorável a projeto da Câmara que reestrutura o setor federal de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Audiência pública promovida pela comissão com a presença dos professores Ildo Luiz Sauer, da Universidade de São Paulo, e Luís Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), discutiu a crise energética durante mais de quatro horas. Convidados, representantes do governo deixaram de comparecer.

Presidida por José Alencar (*no centro*), comissão aprovou projeto de Edison Lobão que estimula uso de energias renováveis em todo o país

Quanto à crise energética, também em outra audiência pública, o senador Paulo Souto (PFL-BA) questionou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, sobre a existência de previsão de reajuste tarifário anual de 25% para o setor. Abdo descartou esse índice de majoração em 2002, mas admitiu que, com a perspectiva de liberação dos mercados de energia, há uma tendência de ocorrerem reajustes regulares a partir de 2003. Já o presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), acusou o governo de ser o principal responsável pela crise energética que toma conta do país. Para ele, o Executivo foi "imprevidente" ao não detectar, ao longo dos últimos anos, uma possível falta de energia elétrica, além de deixar de construir novas linhas de transmissão.

O ministro de Minas e Energia, José Jorge, ao participar da reunião conjunta da CI com a comissão mista que estuda as causas da crise de abastecimento de energia, afirmou que o esforço governamental para superar o problema deverá ser centrado, a curto prazo, na determinação de que os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sejam prioritariamente destinados ao financiamento do setor elétrico, o que será estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Souto pede construção de mais hidrelétricas no país

Depois de um mês de trabalho, em que tomou depoimentos dos ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil e presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia, Pedro Parente, de especialistas das universidades e de técnicos do governo federal, o senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da comissão especial do Congresso que estuda soluções para a crise de energia elétrica, acredita que, para contornar a situação mais brevemente, as estatais do setor devem voltar a investir na construção e expansão de hidrelétricas. Nessa linha, Souto acredita que a geração de energia hidrelétrica deve se manter controlada pelo Estado pelo menos no médio prazo.

Souto é relator da comissão mista que estuda a crise

Apesar de reconhecer que houve imprevidência na condução do problema por parte do governo, o senador destaca que a população precisa cumprir o racionamento. "As medidas tomadas estão na direção certa, pois é a única direção possível", declarou.

Ainda assim, mesmo se todas as metas de economia de energia forem cumpridas, Souto alerta que o problema é muito grave, pois, no Nordeste, os reservatórios devem chegar a um nível muito baixo no final de novembro, "o que é uma situação crítica".

Dessa forma, se houver necessidade de novas medidas de racionamento, o senador entende que o consumidor residencial não pode ser mais prejudicado e que é a indústria, por meio de negociações em câmaras setoriais, que deve reduzir o consumo.

Lamentando a suspensão dos trabalhos da comissão em julho, Souto espera ouvir no próximo semestre governadores, os presidentes de Furnas, da Eletrobrás e da Eletronorte, além de representantes do setor privado. Ele anuncia que poderá apresentar conclusões parciais mesmo antes de a comissão finalizar seus trabalhos.

Transparência e eficiência na Primeira Secretaria

Transparência e eficiência são as marcas que o senador Carlos Wilson (PPS-PE) tem procurado imprimir a seu trabalho, desde que assumiu a Primeira Secretaria da Casa. Graças a elas, saiu-se vitorioso nos dois principais desafios destes primeiros meses de mandato: a investigação sobre a violação do painel eletrônico na sessão que cassou o senador Luiz Estevão e a organização do programa de redução do consumo de energia do Senado em 40%.

Racionamento não surpreendeu Senado, diz Wilson

– O Senado não foi surpreendido pelo racionamento, pois já estava alertado para o problema e estudando a racionalização do uso de energia. Reduzimos o conforto e eliminamos o supérfluo, conscientes de que precisamos dar exemplo e acompanhar a disposição da sociedade, abrindo mão do conforto e colaborando com o país – explicou o senador.

A meta estabelecida, economizar 40%, ou 500 mil quilowatts/hora, está praticamente preenchida, já tendo sido registrada, até junho, queda de 33,29% em relação ao consumo médio.

No caso do painel, a principal preocupação de Carlos Wilson foi garantir uma investigação rápida, tomando de imediato as medidas necessárias e assegurando o pronto acesso da imprensa aos fatos, desde a criação da comissão de inquérito que ouviu os funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) até à perícia dos equipamentos de informática por técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp). Por ter acompanhado passo a passo toda a apuração, o 1º secretário foi designado relator da matéria junto à Mesa, não tendo apresentado parecer diante da renúncia de José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães.

Como desdobramentos desse caso, duas tarefas ainda estão sob a responsabilidade do 1º secretário: o inquérito relativo aos funcionários envolvidos na violação do painel, que deve estar concluído em agosto; e o exame de novas alternativas técnicas para melhorar a segurança do sistema de votação eletrônica nas decisões secretas.

Senado limita jornada de trabalho

A partir de hoje, durante o recesso parlamentar, o Senado limita a sua jornada de trabalho ao período entre 13h e 18h30, como forma de contribuir ainda mais para o esforço de economizar energia elétrica. De acordo com o diretor-geral, Agaciel Maia, o Senado foi o primeiro órgão público a criar uma comissão específica para implementar um programa de redução no consumo de energia elétrica. "Conseguimos reduzir em R$ 100 mil mensais os gastos com energia. São R$ 1,2 milhão economizados por ano", afirmou.

A comissão criada por Agaciel implementou várias medidas, destacando-se o aproveitamento da usina geradora, que era utilizada para emergências, como única fonte de energia às segundas e sextas-feiras. Outra medida adotada foi a obrigatoriedade do uso exclusivo da luz natural no Anexo I até as 17h. Com essas e outras medidas, a Casa reduziu em 33,29% o consumo, em relação ao mês de abril. A decisão de limitar o horário de trabalho durante o mês de julho levará essa redução a cerca de 65%, podendo chegar a 70%.

Ademir pede valorização dos servidores

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a adoção de uma política de valorização dos servidores públicos pelo governo federal. Para ele, seguindo um "receituário neoliberal", o governo tem promovido nos últimos anos o desmantelamento do Estado brasileiro, não somente pela privatização das empresas estatais de infra-estrutura, mas pela desmotivação e desvalorização dos servidores.

Na opinião do senador, supostas vantagens, como planos de demissão voluntária, são oferecidas aos funcionários públicos como parte de uma estratégia para jogar sobre as costas do pessoal os custos dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para Ademir, a recusa em promover aumentos salariais seria uma prova de que o governo não está disposto a respeitar os recursos humanos de que dispõe. O senador citou em seu discurso decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada na sexta-feira no *Diário da Justiça* em que o governo Fernando Henrique Cardoso é declarado "omisso" por não conceder reajuste de salários ao funcionalismo.

Geraldo Althoff defende processo contra Dutra

Senador catarinense pede ao Conselho de Ética que investigue "aparente participação" do petista no episódio da violação do painel

A instauração de investigação sobre o que considera "aparente participação" do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) no episódio de violação do painel eletrônico de votação do Senado foi pedida pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Na sexta-feira, ele apresentou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar requerimento com a informação de que Dutra afirmou ter sabido da violação do painel em conversas com os então senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, momentos antes da votação secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão. Althoff considera que Dutra omitiu-se ao não comunicar a quem de direito a ocorrência de desvio de conduta de natureza grave e que esse comportamento configura falta de decoro parlamentar, passível, igualmente, de cassação de mandato.

Althoff: Dutra tomou conhecimento dos fatos e não procurou impedi-los

"Poderia o senador ter solicitado, por exemplo, que a votação fosse feita mediante cédulas, como ocorre em algumas votações, até porque tinha medo de 'errar' ao acionar os botões do painel, de acordo com sua justificativa", afirma o senador Geraldo Althoff, na representação. Ele faz referência a notícias publicadas em jornais segundo as quais o senador José Eduardo Dutra teria votado seis vezes durante aquela sessão.

Althoff diz ainda que Dutra só teria tornado público seu conhecimento do episódio após algumas denúncias "que lhe atormentavam". Afirma também que o senador petista teria efetuado um *mea culpa* na reunião do Conselho de Ética para antecipar-se a uma convocação a fim de falar das imputações que lhe foram atribuídas.

Geraldo Althoff cita trechos do depoimento de José Eduardo Dutra na reunião do conselho realizada no dia 19 de abril último, para configurar o conhecimento do senador petista sobre a violação do painel. Segundo Althoff, na véspera da votação, Dutra teria ouvido de José Roberto Arruda que "essa história de informática, de computador, de sigilos nunca é tão seguro, sempre pode haver margem para vazar informações a respeito de sigilo". Já do senador Antonio Carlos Magalhães, Dutra teria ouvido a seguinte frase: "Olha, a sua líder não votou com a gente".

Em seu requerimento, Geraldo Althoff argumenta que o senador José Eduardo Dutra infringiu tanto os dispositivos constitucionais quanto o Regimento Interno do Senado, ao tomar conhecimento desses fatos e não atuar para impedi-los ou minorar suas conseqüências. Althoff requer que o Conselho de Ética tome os depoimentos dos ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Quer, também, que sejam pedidos novos laudos à perícia para ver a possibilidade de se localizarem nos arquivos do computador as sucessivas votações de Dutra.

Liminar é concedida pelo TSE e Matusalém fica no Senado

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, concedeu liminar na sexta-feira mantendo o mandato do senador Fernando Matusalém (PPB-RO). A liminar suspende a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) que havia impugnado o mandato do senador eleito em 1994, Ernandes Amorim, e dos seus suplentes Fernando Matusalém e Aldemário Serafim de Andrade.

O pedido de cassação do mandato de Ernandes Amorim e seus suplentes, por abuso de poder econômico e político na eleição de 1994, foi ajuizado pela coligação Pra Frente Rondônia, que tinha como candidato a senador o fiscal do trabalho Eduardo Valverde (PT-RO). Com a decisão do TRE-RO, Valverde chegou a ser diplomado e a ter sua posse marcada pelo vice-presidente do Senado Edison Lobão (PFL-MA) para às 17h da última sexta-feira, mas a liminar do TSE suspendeu o ato.

Eduardo Valverde, que deverá contestar judicialmente hoje a liminar, foi o quarto mais votado na eleição de 1994 para o Senado. Como naquela eleição existiam duas vagas para senador, cassado o mandato de Amorim e seus suplentes, a cadeira deveria ser ocupada pelo terceiro mais votado, que seria Amir Lando (PMDB-RO), mas ele já é senador, eleito em 1998.

Eduardo Valverde anunciou que vai contestar judicialmente hoje a liminar

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), ao comentar a liminar concedida por Nelson Jobim, disse que prefere não pensar que a decisão do presidente do TSE tenha alguma coisa a ver com o anúncio feito por Valverde de que assinaria o requerimento para instalação da CPI da Corrupção. "Isso seria uma desmoralização não apenas para o Congresso, mas também para a Justiça brasileira", completou.

Já Valverde entende que não existe nenhuma questão jurídica relevante que tenha motivado a liminar concedida por Jobim. "É estranho que depois de uma demora de seis anos o ministro Jobim, o próprio ministro que encaminhou para o TRE de Rondônia a comunicação da suspensão do mandato de Matusalém, tenha concedido esta liminar", afirmou.

PMDB deve ter candidato próprio, diz Maguito

A desaprovação da população com relação ao governo federal, medida recentemente pelo Ibope e pela Sensus Pesquisa e Consultoria, segundo o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), demonstra que o PMDB deve ter candidatura própria nas próximas eleições. Ele indicou o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e o senador Pedro Simon (RS) como os principais nomes do partido para as eleições presidenciais.

– O sentimento do brasileiro pelo governo federal chega às raias da irritação. As pesquisas confirmam o sentimento refletido pelas bases do partido e reforça a necessidade inadiável de lançarmos candidato próprio a presidente da República em 2002 – afirmou Maguito, que é presidente nacional do PMDB.

Ele acredita que na convenção, marcada para o dia 9 de setembro, o partido vai anunciar sua candidatura própria e o desligamento definitivo do governo.

– Sem dúvida, o país não suporta mais esse modelo econômico, que tem olhos apenas para os poderosos, representado pelo descaso com os mais pobres e o desprezo pelo sofrido setor produtivo. Mas o povo acena para uma mudança, que certamente será concretizada nas eleições do ano que vem – afirmou.

Para Maguito, Itamar e Simon crescem na preferência popular

Para Maguito, Itamar e Simon crescem na preferência da população por se colocarem em oposição ao governo e por terem credibilidade.

– Eles vêm de uma vida limpa, sem os arranhões da corrupção, e trazem uma história de trabalho e de dedicação ao Brasil. Isso dá aos brasileiros a certeza de que um governo Itamar ou Simon certamente será um governo mais humano e sensível, centrado no desenvolvimento nacional, com oportunidades para os excluídos – declarou.

O senador rebateu as declarações do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, que teria dito que, para ser ético, Maguito deveria entregar os cargos do PMDB no governo antes de se declarar na oposição.

– Sou ético. Não tenho um cargo do governo federal sequer no meu estado. Mas será ético ser do PMDB e lançar candidato do PSDB à Presidência? Isso, sim, é aético, principalmente quando se quer ser candidato a vice do PSDB – disse Maguito.

Os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Nova da Costa (PMDB-AP) parabenizaram Maguito pelo pronunciamento e pela forma com que vem conduzindo o partido.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO
HOJE

6h – *Saúde/Unip* – Paulo Vanzollini na Amazônia – Parte 3
6h30 – *Agenda Econômica* – Dr. Airson Bezerra Grocio, presidente da Codevasf, fala sobre o desenvolvimento do semi-árido
7h30 – *Entrevista* – Senador Lúcio Alcântara fala sobre empregos para pessoas portadoras de deficiências
8h – *Jornal do Senado* – Retrospectiva do primeiro semestre – Programa 1
8h30 – *Seminários* – Seminário Nacional sobre o Desenvolvimento da Amazônia – Parte 1
10h – CPI do Futebol – Audiência Pública com o ex-presidente do Vasco Agathino da Silva Gomes
11h30 – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h – *Jornal do Senado* – Retrospectiva do primeiro semestre – Programa 1
12h30 – *Entrevista* – Senador Lúcio Alcântara fala sobre empregos para pessoas portadoras de deficiências
13h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade
13h30 – *Agenda Econômica* – Dr. Airson Bezerra Grocio, presidente da Codevasf, fala sobre o desenvolvimento do semi-árido
14h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – Audiência sobre a privatização da Companhia Energética de São Paulo-Cesp/Paraná – Dr. Mauro Arce, secretário de Energia de São Paulo; Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo, pres.da Cesp/Paraná; Dr. Ildo Sauer, prof. da Universidade de São Paulo-USP; Mauro Martineli, representante da Federação Nacional dos Urbanitários
18h – *Especial Vila Planalto*
18h30 – *Entrevista Especial* – Anna Cláudia Ramos – Escritora de literatura infanto-juvenil
19h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
19h30 – *Agenda Econômica* – Dr. Airson Bezerra Grocio, presidente da Codevasf, fala sobre o desenvolvimento do semi-árido
20h30 – *Entrevista* – Senador Lúcio Alcântara fala sobre empregos para pessoas portadoras de deficiências
21h – *Jornal do Senado* – Retrospectiva do primeiro semestre – Programa 1
21h30 – *Espaço Cultural* – Encontro Internacional da MPB – Parte 1
22h30 – *Especial Vila Planalto*
23h – *Jornal do Senado* – Retrospectiva do primeiro semestre – Programa 1
23h30 – *Entrevista* – Especial Anna Cláudia Ramos – Escritora de literatura infanto-juvenil
24h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* – Jonhann Sebastian Bach – Concerto de Brandemburgo nº 2 em fá maior

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Lindberg Cury: Ford tem de cumprir a legislação

Ford prejudica concessionárias, afirma Lindberg

A montadora Ford do Brasil vem adotando política agressiva, baseada na imposição de regras impossíveis de ser atingidas, que está levando à falência centenas de concessionárias, denunciou o senador Lindberg Cury (PFL-DF). Para ele, as revendedoras localizadas no interior são as mais prejudicadas: ou respeitam as regras impostas pela Ford e absorvem os prejuízos, ou são descredenciadas.

Lindberg informou que a Ford, por imposição de cláusulas contratuais, detém todo o poder sobre o destino de seus distribuidores espalhados pelo país, "fixando preços abusivos e irreais, impondo volumes artificiais e insustentáveis para aquisição de veículos e componentes, praticando vendas casadas, bem como outros procedimentos que trazem prejuízos às revendedoras". A prática dessa política "autoritária", segundo o senador, inviabiliza os negócios, o que provocou o fechamento de mais de 300 revendedoras nos últimos sete anos.

– A Ford tem todo o direito de reduzir a sua rede de distribuidores. Mas tem o dever de cumprir a legislação brasileira e indenizar aqueles que foram seus fiéis colaboradores, muitos deles com mais de 70 anos de atividade em defesa dos produtos e da bandeira da marca nas capitais e no interior – afirmou Lindberg, registrando a formação da Associação Brasileira dos ex-Distribuidores Ford (Abedif).

No mesmo pronunciamento, Lindberg Cury condenou a decisão "unilateral" da Secretaria da Receita Federal de desativar as Centrais de Atendimento Empresarial Fácil, responsáveis pelo registro de legalização de empresas de forma rápida e sem qualquer burocracia.

A alegação para a desativação das centrais empresariais, informou, é que a partir de agora os empresários só poderão solicitar a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) via Internet. Ele não é contra o novo sistema, mas acha que as centrais empresariais devem ser mantidas. O senador Nova da Costa (PMDB-AP) apoiou a manifestação, afirmando ser preciso preservar o que já deu certo.

Ademir quer mais recursos para fundos constitucionais

Proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador beneficia regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Os fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) terão 4%, e não mais 3% da arrecadação da União, caso seja aprovada proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada na sexta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). A idéia do senador é a de que, do bolo formado pela coleta do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a União destine 48%, e não mais 47%, para os estados, municípios e fundos constitucionais.

Ademir Andrade também propõe mudanças na repartição dos recursos entre os fundos

A PEC apresentada por Ademir Andrade também prevê mudanças na repartição dos recursos entre os fundos – hoje estabelecida em 0,6% para o FNO, 0,6% para o FCO e 1,8% para o FNE. A proposta é a de que o Centro-Oeste e o Norte passem a receber 1%, cada, e o Nordeste amplie sua participação para 2%. Desses 2%, o FNE aplicaria obrigatoriamente a metade (1%) em programas voltados para a solução de problemas relacionados à seca na região do semi-árido.

Romero Jucá saúda criação de aeroportos industriais

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), registrou em Plenário, na sexta-feira, a edição de Medida Provisória (MP) que cria os aeroportos industriais – áreas especiais nos aeroportos para produção de mercadorias destinadas à exportação. De iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a MP foi assinada esta semana pelo presidente da Câmara, deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), no exercício da Presidência da República.

Jucá vai pleitear a inclusão do aeroporto de Boa Vista entre os contemplados pela MP

Os primeiros aeroportos brasileiros a implantar a medida serão os de São José dos Campos (SP), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Petrolina (PE). Segundo Jucá, o setor exportador brasileiro vai ser ampliado e ganhar em eficiência, pois as fábricas montadas nos aeroportos serão beneficiadas com a isenção de impostos e encargos sociais, a exemplo do ICMS e da Previdência Social.

Ao funcionar nos moldes de uma zona de processamento de exportação, essas empresas também terão a facilidade de montar seu parque produtivo no próprio local de desembarque de matérias-primas. "A medida abre caminho para reforçar as exportações do país", comemorou Jucá, revelando a disposição de pleitear a inclusão do aeroporto de Boa Vista, em Roraima, entre os terminais aéreos contemplados pela MP. A justificativa seria a proximidade desse aeroporto com os Estados Unidos e países da América Central.

Maldaner destaca conclusões de encontro parlamentar do Mercosul

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), um dos representantes brasileiros na reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, celebrada entre os dias 19 e 21 de junho em Assunção, relatou em Plenário as conclusões do encontro, ressaltando a importância de medidas ali adotadas, como a proibição do uso dos policlorados na indústria eletroeletrônica e a transformação do Tribunal Arbitral em instância permanente.

Segundo Maldaner, a proibição do emprego dos bifenis policlorados nos países-membros do Mercosul é de extrema relevância, tendo em vista as recentes pesquisas demonstrando seus danos aos seres vivos. A decisão de transformar em permanente o Tribunal Arbitral irá acelerar o julgamento de questões envolvendo um ou mais membros do Mercosul, ressaltou.

Maldaner relatou, ainda, o protesto realizado pela representação brasileira contra a legalização irregular de automóveis e caminhões no Paraguai. Ele explicou que, se não houver reclamações, o governo paraguaio legaliza veículos, depois de dois anos de permanência no país, sem se preocupar com certificado de origem. "Como o Paraguai é o destino de muitos veículos roubados no Brasil, nossa representação pediu medidas mais duras contra o contrabando", disse.

Maldaner prega união contra o protecionismo de países ricos

As delegações registraram, ainda, repúdio às políticas de subsídios dos governos norte-americano e da Comunidade Européia, que inviabilizam a competitividade dos produtos agrícolas procedentes dos países do Terceiro Mundo. "Eles têm dinheiro para subsidiar seus agricultores e nos massacram. Essa luta não é só do Brasil, precisamos nos unir, pois sozinho ninguém é alguém", concluiu Casildo Maldaner.

Mozarildo: CEF vai melhorar com reformulação

A manutenção da Caixa Econômica Federal (CEF) como agência de distribuição de programas públicos e a garantia de que a empresa não vai gerar novos passivos, como o do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), são as premissas da reformulação por que irá passar a instituição, afirmou na sexta-feira o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). "Será uma empresa com mais condições de prestar melhores serviços à sociedade, em especial na execução do financiamento imobiliário, no apoio ao desenvolvimento urbano e na distribuição de programas públicos", observou.

Mozarildo disse que o Plano de Reestruturação da CEF é constituído de quatro partes: modelo de gestão que garanta equilíbrio operacional; estratégia para prevenir a geração de novos esqueletos como o do FGTS; a troca de ativos e a venda de créditos imobiliários, transferindo ao Tesouro Nacional R$ 26,7 bilhões em ativos constituídos exclusivamente por financiamentos imobiliários.

Mozarildo diz que governo estuda plano habitacional

O Ministério da Fazenda e a Caixa preparam, conforme o senador, uma proposta de concessão de subsídios para que as famílias de menor renda tenham acesso à moradia. Além disso, continuou Mozarildo, a CEF vai apoiar a Presidência da República na formulação de nova política habitacional com foco na redução de riscos. "Há um déficit habitacional no Brasil estimado em 5,6 milhões de unidades. O objetivo da Caixa é apoiar o governo na eliminação desse déficit", afirmou.

AFTOSA

Em outra parte do seu pronunciamento, Mozarildo comentou as declarações do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), para quem o governo do estado não teria tomado medidas para conter um possível avanço da febre aftosa em Roraima. Mozarildo disse que foi detectado apenas um foco em Caroebe (sul do estado), e que, ainda assim, o governo promoveu a vacinação de 50% do rebanho.

"O líder do governo fez um registro, quando deveria ajudar a buscar soluções, esquecendo-se de que o governador Neudo Campos também é um aliado do presidente Fernando Henrique", comentou.

Carlos Wilson: combate à seca exige ações concretas

Flagelados estão dispostos a lutar por cidadania, enquanto o drama permanece como no poema "Morte e Vida Severina", diz senador

Sem renda, sem água, sem comida e sem o socorro do governo federal, os nordestinos estão encontrando apenas a "resposta radical" das invasões de cidades, dos bloqueios de estradas e dos saques, segundo o senador Carlos Wilson (PPS-PE). Na opinião dele, "felizmente" os sertanejos atingidos pela seca estão se articulando para obrigar o poder público a tomar alguma iniciativa.

Conterrâneo do falecido poeta João Cabral de Melo Neto, o senador observou que a falta de chuvas e a má distribuição da renda e da terra são as mesmas descritas no célebre poema *Morte e Vida Severina*, publicado em 1956. O que mudou, disse, foi a atitude dos flagelados, hoje dispostos a lutar por cidadania, e não apenas a retirar-se para uma cidade grande em meio ao sofrimento e à morte.

Enquanto os novos severinos lançam seu grito dramático, desprovido de poesia mas carregado de consciência, o governo federal repete erros – principalmente a demora em descobrir o que já é óbvio para todos, observou o senador. A mais recente dessas descobertas foi a de que "a fome nos estados atingidos pela seca é conseqüência direta da ausência de renda", de acordo com declaração do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso citada por Carlos Wilson.

Para Carlos Wilson, burocracia prejudica ações de emergência

– Não dá para combater a seca com palavras boas e intenções. É preciso materializar ações – disse o senador, lembrando que o programa Sertão Cidadão, cujo objetivo é reforçar a educação e a capacitação rural, não foi detalhado de modo a que medidas concretas sejam adotadas.

As ações de emergência, além de inadequadas, são prejudicadas pelo imobilismo da burocracia, entende Carlos Wilson. Segundo ele, o programa bolsa-renda prevê o pagamento de somente R$ 60, mais uma cesta básica, em troca da participação dos beneficiados em cursos de capacitação profissional.

Nova da Costa: interiorizar é a solução

Nova da Costa homenageia Sarney

A interiorização do desenvolvimento é a solução para o problema das desigualdades regionais, avaliou na sexta-feira o senador Nova da Costa (PMDB-AP). Para exemplificar, o senador citou sua administração, em 1985, como governador do antigo território do Amapá. Em um estado com 80% do território coberto pela floresta amazônica e grande potencial mineralógico, era fundamental fortalecer a comunicação com o interior, incrementando as vias rodoviárias e fluviais, conforme salientou Nova da Costa. "A idéia era diminuir a pressão migratória sobre a capital, Macapá", disse.

Nova da Costa voltou a ressaltar os esforços do governo José Sarney na diminuição das desigualdades regionais, em especial promovendo a economia da Região Norte. Para ele, o período conhecido como Nova República foi marcado pela promoção do resgate político, econômico e cultural do país, com destaque para linhas de ações visando à interiorização em áreas prioritárias da Amazônia.

No período, lembrou o senador, o antigo território teve implantada a primeira hidrelétrica da Amazônia – a usina de Paredão –, responsável hoje pela geração de 40 megawatts de energia. Outro feito importante, segundo ele, conseguido a partir dos esforços dos governos federal e do Amapá, foi o projeto de desenvolvimento do Vale do Araguari.

Nova da Costa citou pronunciamento feito pelo então presidente Sarney, em 1986, sobre a importância da interiorização como forma de resgate da justiça social.

– Vamos nos unir e conquistar o interior. Um país que tem a Amazônia não pode temer o seu futuro – disse o senador, reproduzindo trecho do discurso do ex-presidente em visita ao Oiapoque, ponto extremo norte do estado.

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se às homenagens feitas por Nova da Costa ao ex-presidente e à sua esposa, Marli Sarney.

Nabor aponta violência urbana como desafio

Violência é endêmica, afirma Nabor

Ao fazer um balanço dos principais problemas enfrentados pela população no primeiro semestre de 2001, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) não hesitou em apontar a violência urbana como o drama maior do país. "É unânime a constatação de que, hoje, a violência é endêmica, em todo o território nacional", afirmou, em discurso na sexta-feira.

A insegurança que ronda o dia-a-dia das famílias brasileiras, segundo observou, não é exclusividade de áreas mais desenvolvidas ou populosas do país. Para ilustrar seu relato, citou reportagens recentes dos jornais *Página 20*, *A Tribuna* e *A Gazeta*, do Acre, que estamparam sucessivos casos de assalto, estupro, seqüestro e assassinato, que vêm tirando o sossego de moradores de várias cidades da Amazônia.

Assustada frente à escalada de criminalidade, só resta à sociedade, de acordo com o senador, cobrar uma atitude "concreta e imediata" dos governantes no sentido de garantir ações mais eficientes na área de segurança pública. Nabor também convocou os senadores a oferecerem soluções.

Heloísa propõe marcha de sertanejos a Brasília para sensibilizar governo federal

Em discurso na sexta-feira, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs que seja feita uma marcha dos sertanejos a Brasília a fim de sensibilizar o governo federal para o sofrimento dos nordestinos, que enfrentam os efeitos da seca. Ela se disse indignada com o governo federal, que destinou apenas R$ 500 milhões em recursos novos para a região.

Heloísa Helena: "Os mesmos recursos são contados três vezes"

– Enquanto ficamos no Nordeste, somos vítimas dos mercadores de ilusão e dos discursos demagógicos do governo. Agüentar essa ladainha do governo federal mais uma vez é difícil. Não podia deixar de apresentar esse protesto – afirmou Heloísa.

A senadora disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso faz demagogia ao anunciar, como se fossem novidades, ações de combate à seca com recursos que já estão previstos em outros projetos do governo. Além disso, continuou, na última enchente em Alagoas, o governo liberou apenas 20% dos recursos que havia anunciado para atender às famílias.

– O governo ainda tem a ousadia de apresentar, como ações novas e permanentes, iniciativas que já estavam previstas no projeto Alvorada e no projeto de combate à fome. Os mesmos recursos são contados três vezes.

PROPOSTAS

Heloísa afirmou que, em reunião com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, a bancada nordestina no Congresso apresentou uma série de propostas consensuais para o setor produtivo do Nordeste, que "está quase quebrado". A garantia de melhores condições de financiamento por meio dos fundos constitucionais, organismos institucionais de crédito e projetos como o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar); a ampliação de prazo para pagamento das dívidas para 25 anos; o expurgo de juros; e a imediata suspensão da execução de dívidas dos produtores do semi-árido são, segundo Heloísa, algumas das medidas previstas no documento. Ela sugeriu ainda que as propostas para a região sejam atendidas por medida provisória.

– Se o setor produtivo quebrar, quem vai enfrentar mais dificuldades é o povo, porque significa mais desemprego, mais fome e mais miséria. Os nordestinos são vítimas da insensibilidade do governo, que prefere socorrer banqueiros, financiar os juros e serviços da dívida e destinar recursos cada vez menores para enfrentar o problema da seca.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se ao apelo de Heloísa. "O seu grito ao governo federal é o meu grito. Não podemos brincar com a vida alheia", afirmou Lobão, que pediu que o governo trate o assunto com seriedade. O senador Nova da Costa (PMDB-AP) se disse sensibilizado com o pronunciamento de Heloísa e anunciou que vai pedir providências à Defesa Civil para que o povo do semi-árido não fique desamparado.

Mauro insiste no direito de todos à moradia

Mauro destaca seminário da construção

A necessidade de assegurar a todos os brasileiros o direito à moradia foi um dos temas do 4º Seminário da Indústria da Construção, em São Paulo, na última segunda-feira (dia 25), segundo informou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que participou do encontro. Para os empresários do setor, a redução da carência de moradias não é só necessária, mas factível.

Mauro citou o economista Luciano Coutinho, para quem a eliminação do déficit habitacional brasileiro é exeqüível em um prazo de seis a oito anos, se houver avanços nos processos construtivos.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti e Nova da Costa